

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 898, DE 2003

Modifica o inciso VIII do artigo 231 da Lei nº 9.503/97, para prever como penalidade a apreensão do veículo.

Autor: Deputado ROGÉRIO SILVA

Relator: Deputado CHICO DA PRINCESA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe propõe a alteração do Artigo 231 do Código de Trânsito Brasileiro, visando introduzir a penalidade de apreensão e a medida administrativa de remoção para a infração, de transportar pessoas ou bens quando não for licenciado para este fim, sob a alegação de tornar a fiscalização mais eficiente contra o transporte ilegal de passageiros.

Já o segundo apenso, o Projeto de Lei nº 4.401, de autoria do Deputado Romeu Queiroz, tem o mesmo mérito do projeto de lei principal, e está justificado na necessidade de adotar medidas mais rigorosas contra o transporte ilegal de passageiros nas cidades.

O terceiro projeto de lei apensado, o de nº 5.340, de 2005, de autoria do Deputado Francisco Appio, propõe a alteração do Artigo 231 e outros do Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de incluir medidas e procedimentos mais enérgicos contra o transporte ilegal de passageiros, adequando melhor o poder público responsável pelo trânsito na fiscalização e repressão ao transporte clandestino, mediante o estabelecimento de penalidades mais severas, inclusive tipificando esta atividade ilegal como crime de trânsito.

Durante o prazo regimental não foram apresentadas emendas às citadas propostas legislativas na Comissão de Viação e Transportes.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A preocupação do legislador em adequar a legislação pátria à realidade e as necessidades enfrentadas pela população brasileira deve ser constante, principalmente, quando a sociedade está sendo submetida a uma ameaça, a qual a expõe a um estado de insegurança permanente.

Tal ameaça estimulou três propostas legislativas que versam sobre o mesmo mérito, ou seja, estabelecer medidas mais enérgicas contra o transporte ilegal de passageiros no Código de Trânsito Brasileiro.

Sob este assunto, não podemos ignorar que o transporte ilegal de passageiros, mais conhecido como transporte clandestino, tomou muitas cidades brasileiras, sob o argumento de ser um transporte ágil e barato.

No entanto, a realidade que vemos nas ruas é bem diferente. Este tipo de serviço está longe de ser a solução. O transporte de passageiros em vans, peruas e motocicletas está lotando nossas cidades com veículos de baixa capacidade que não oferecem mínimas condições de segurança e conforto para as pessoas transportadas, os quais estão sendo submetidas a riscos inevitáveis a qualquer momento.

Além disso, contribui diretamente para o aumento dos índices de acidentes de trânsito, uma vez que as peruas e vans não contam com uma estrutura adequada para o fim destinado, ou seja, serem utilizadas no sistema de transporte público de passageiros, principalmente por não disporem de equipamentos de segurança comuns em ônibus e microônibus, como a saída de emergência.

Outra deficiência gerada pelo transporte ilegal, a qual concordamos com um dos autores das propostas legislativas em exame, é com relação ao envolvimento de transportadores clandestinos com o crime organizado, mediante ações como: o uso da força armada para reprimir a fiscalização dos órgãos de gerência do transporte público, seqüestros e homicídios na disputa de áreas ou linhas de grande densidade de passageiros, bem como o incêndio de veículos do sistema de transporte público coletivo, conforme amplamente divulgado pela imprensa em geral.

Sob este assunto, não podemos ignorar as ações atribuídas aos transportadores ilegais, durante o ano de 2003, contra o sistema legal de transporte público de São Paulo e Rio de Janeiro, resultando em 250 ônibus incendiados e depredados, e conseqüentemente em prejuízos diretos para os milhões de usuários do transporte público daquelas cidades.

Assim, entendemos que a legislação de trânsito deva ser alterada visando conceder às autoridades públicas, sejam municipais e estaduais, instrumentos mais eficazes para reprimir a atividade do transporte ilegal nas cidades, e dessa forma restabelecer a ordem e garantir um trânsito e um transporte público mais seguro aos interesses da coletividade, conforme defendido pelos nobres autores das propostas legislativas sob análise.

Face o exposto, entendemos que o mérito dos Projetos de Lei nº 898, de 2003 e 4.401, de 2004 estão perfeitamente contemplados no Projeto de Lei nº 5.340, de 2005, o qual ainda, traz outras alterações no Código de Trânsito Brasileiro necessárias na repressão ao transporte ilegal de passageiros.

Assim, somos pela aprovação do PL nº 5340 de 2005, do ilustre Deputado Francisco Appio e pela rejeição dos Projetos de Lei nº 898/2003 do ilustre Deputado Rogério Silva e de nº 4.401 do ilustre Deputado Romeu Queiroz.

Sala da Comissão, em de de 2.005.

DEPUTADO FEDERAL CHICO DA PRINCESA
Relator